PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Letícia Cristina Antunes[1]
Nayara Massucatto[2]
Maria de Lourdes Bernartt[3]

Resumo: A Pedagogia da Alternância - PA - foi adotada no Brasil com a finalidade de proporcionar aos jovens provenientes do meio rural uma formação profissional voltada à realidade local, tornando-os protagonistas, capazes de refletir sobre as questões que permeiam sua realidade e consequentemente contribuir para o fortalecimento e desenvolvimento de seu meio. Em face disso, o estudo objetivou investigar como essa modalidade de ensino contribui para a promoção do Desenvolvimento Local. A pesquisa caracterizou-se como bibliográfica, de modo que foram analisados seus princípios e fundamentos para verificar se existem contribuições dessa proposta para o Desenvolvimento Local. O estudo se propõe a contribuir na medida em que discute uma modalidade de ensino, a qual preconiza o envolvimento da comunidade, busca ao longo do processo formativo conciliar teoria e prática, enfatizando as vivências e diálogos estabelecidos dentro e fora do ambiente escolar, para além, oportuniza o diálogo entre os diferentes saberes promovendo a interdisciplinaridade.

Palavras-chave: Pedagogia da Alternância; Desenvolvimento Local.

INTRODUÇÃO

A problemática do desenvolvimento tem estado cada vez mais presente nas discussões do campo científico. Albuquerque e Zapata (2010) apontam que pensar o desenvolvimento requer a reflexão para além da questão econômica, é essencial voltar-se também para o âmbito social, ambiental e sustentável. Isso porque, um desenvolvimento efetivo requer investimentos em capital humano, social, natural, financeiro e econômico. É na articulação desses aspectos que surge a ideia de desenvolvimento local.

Diferentemente do que se acredita o desenvolvimento não necessariamente depende de processos de industrialização ou urbanização (ALBUQUERQUE; ZAPATA, 2010). Existem alternativas, e pode-se dizer que a educação é uma delas, mais especificamente é possível citar a educação do campo, que tem travado inúmeras lutas pelo reconhecimento dos agricultores, bem como o desenvolvimento local sustentável.

[1] Mestranda em Desenvolvimento Regional pelo Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná campus Pato Branco (UTFPR). Licenciada em Letras Português-Inglês pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná campus Pato Branco (UTFPR). E-mail – leticristina.a@gmail.com.
[2] Mestranda em Desenvolvimento Regional pelo Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná campus Pato Branco (UTFPR). Licenciada em Letras Português-Inglês pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná campus Pato Branco (UTFPR). E-mail – naymassucatto@gmail.com
[3] Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e do Curso de Licenciatura em Letras Português-Inglês da Universidade Tecnológica Federal do Paraná campus Pato Branco (UTFPR). Doutorado em Educação pela UNICAMP. E-mail: marial@utfpr.edu.br.

Nesse sentido, a Pedagogia da Alternância surge a partir da insatisfação de agricultores como uma modalidade de ensino, cuja finalidade é promover o meio rural, incentivar a permanência de jovens no campo, através de uma metodologia diferenciada que preconize a Formação Integral e contextualizada.

Em face do exposto, o estudo buscou investigar como PA contribui para a promoção do Desenvolvimento Local. Para atender a tal objetivo, optou-se por realizar uma pesquisa bibliográfica que inicialmente discute alguns conceitos acerca do Desenvolvimento Local, faz um resgate do contexto de expansão da Pedagogia da Alternância, bem como reflete sobre o método, seus princípios e fundamentos e a partir disso, aponta as contribuições da PA para esse processo de desenvolvimento.

Assim, o artigo divide-se em uma breve introdução; algumas concepções de Desenvolvimento Local; o contexto de origem e expansão da Pedagogia da Alternância, seus princípios e fundamentos e suas contribuições para o desenvolvimento do meio rural e por fim, as considerações finais.

O DESENVOLVIMENTO LOCAL: breves considerações

Quando se trata sobre desenvolvimento, certamente, esse é um assunto complexo, uma vez que possui diversas formas de concepção e abordagens. Essa variação ocorre na medida em que o desenvolvimento só existe quando se torna perceptível como algo que promove a mudança na coletividade humana. As transformações são provenientes das ações individuais ou coletivas que podem resultar na melhoria ou decadência da qualidade de vida. Assim, chegou-se à conclusão que o desenvolvimento não está associado apenas ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de cada localidade, já que existem outras dimensões, sociais, culturais, demográficas e ambientais que influenciam sua expansão (CONTERATO; FILLIPI, 2009).

Existem, conforme Conterato e Fillipi (2009), inúmeras interpretações para o termo *desenvolvimento*, que buscam qualificar e restringir o seu significado, adicionando substantivos e/ou adjetivos, como por exemplo: desenvolvimento rural, desenvolvimento humano, entre outros. Dessa forma, a presente seção tratará a respeito do d*esenvolvimento local.*

A temática que envolve o desenvolvimento local tornou-se tendência de discussão mundial. No Brasil passou a ser impulsionada a partir da metade da década de 1990 devido a

várias mudanças na Constituição de 1988, e também pelo fortalecimento e expansão de organizações não governamentais que valorizam o local (KRONEMBEGER, 2011).

Assim, Alcoforado (2006, p. 86) define o desenvolvimento local como:

> Uma nova estratégia de desenvolvimento, em que a comunidade assume um novo papel: de comunidade demandante, ela emerge como agente, protagonista, empreendedora, com autonomia e independência. Essa estratégia tem como principal objetivo a melhoria da qualidade de vida de associados, familiares e da comunidade. Maior participação nas estruturas do poder, ação política, com autonomia e independência, contribuído assim, para o real exercício da democracia e para a utilização racional do meio ambiente visando o bem estar da geração presente e futura.

A comunidade deve ser entendida como multifacetada, porque possui diversos tipos de expectativas, necessidades e potencialidades em diferentes contextos (SETUBAL; LIGABUE, 2010). Desse modo, as funções da comunidade e as estratégias para atingir o desenvolvimento local devem ser diferenciadas e formuladas de acordo com cada realidade.

O desenvolvimento local é, portanto, um processo de aproveitamento das vantagens que são oferecidas por cada localidade em favorecimento do crescimento econômico, da melhoria da qualidade de vida e da promoção de uma boa governança, além do uso sustentável dos seus recursos naturais (KRONEMBEGER, 2011).

Alcoforado (2006) afirma que as comunidades que possuem mais fatores de produção considerado decisivos (capital social; capital humano, conhecimento, pesquisa, etc.) ou aquelas que procuram alcançá-los tem mais chances de se desenvolver.

O caminho para se acumular esses fatores é construído por meio do diálogo constante na formulação de parcerias efetivas entre todos os atores de cada contexto, estabelecendo novos padrões de governança, a fim de diminuir os riscos e propagar o desenvolvimento por toda a comunidade (SETUBAL E LIGABUE, 2010).

Por isso, Furtado (2000) aponta que o desenvolvimento de uma sociedade não está desvinculado a sua estrutura social e da formulação de uma política de desenvolvimento concebível a partir de uma preparação ideológica.

Diferentemente da perspectiva do desenvolvimento por meio do crescimento econômico e pela produção de renda, o desenvolvimento local busca valorizar as potencialidades individuais e coletivas dos sujeitos e de seus contextos. Pauta seu crescimento não apenas na produção, mas na qualidade de vida, no lazer, na saúde, na integração e na criação de laços sociais que fortalecem a estrutura envolvida nesse processo.

O processo de globalização também é responsável pela valorização do local, pois permite evidenciar as capacidades e competitividades de cada local sem necessariamente estar dependente de algo maior. Por outro lado, cabe ressaltar que a globalização também

contribuiu com as crises mundiais recentes, ou seja, fez, por meio de suas articulações, com que o impacto fosse sentindo pela maioria da população mundial, o que retoma ainda mais a importância de se valorizar o local (KRONEMBEGER, 2011).

A política de desenvolvimento local é uma resposta dos diferentes territórios, cidades, regiões que formam os diferentes contextos diante das exigências nas mudanças estruturais oriundas da mudança estrutural e econômica gerada pela transição tecnológica. Assim, todas as economias locais estão mais expostas do que no passado, anterior a globalização, o que obriga a tomada de inciativas e políticas de desenvolvimento a partir dos diferentes âmbitos e territórios locais (ALBUQUERQUE E ZAPATA, 2010).

O caráter centralizador das políticas desenvolvimentistas, segundo Albuquerque e Zapata (2010), as tornas pouco eficientes, uma vez que para se enfrentar as diferentes realidades e situações territoriais uma estrutura comum não consegue solucionar as variadas situações existentes. No entanto, uma característica comum deve ser ressaltada: o abandono das atitudes passivas e a busca pela solução dos problemas a partir da valorização dos recursos endógenos.

Dessa maneira, os sujeitos quando deixam de serem passivos tornam-se agentes no processo de desenvolvimento, de modo que a realidade os impulsiona a dialogar e criar novas estruturas que promovam o desenvolvimento do meio a partir do que eles têm a oferecer. Uma alternativa para a valorização e ativação do sujeito nesse processo se dá pela educação, em especial pela Pedagogia da Alternância, um modelo de ensino que busca formar protagonistas capazes de transformarem seus contextos.

PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: contexto e método

Os povos do campo ao longo de sua história têm buscado reconhecimento e valorização, visto que desde o período que sucedeu a Revolução Industrial e as Guerras Mundiais foi marcado pela desvalorização do campo em relação à cidade, o que acarretou em um êxodo rural sem precedentes (NASCIMENTO, 2005).

Esse processo de industrialização que diminuiu consideravelmente a população rural foi um dos propulsores para o surgimento em 1935 na França, de uma modalidade de ensino voltada especificamente para os povos rurais.

Essa modalidade denominada Pedagogia da Alternância, nasceu com o objetivo de fornecer aos jovens do campo uma educação que atendesse suas especificidades, uma vez que, além de estudantes eram trabalhadores e por conta disso, careciam de um ensino que lhes

permitisse continuar ajudando suas famílias no campo e incentivasse sua permanência nesse meio e consequentemente promovesse o desenvolvimento local.

A Pedagogia da Alternância se expandiu pelo mundo e com tal processo ao chegar à Itália, subdividiu-se em outro movimento, o italiano, cujo método sofreu algumas alterações e contou com a participação da Igreja Católica no processo de implantação.

No Brasil a PA chegou a meados de 1969 no Espírito Santo, inicialmente, por meio do movimento italiano, e contou com a implantação das Escolas Família Agrícola – EFA.

Segundo Zamberlan (2003), a Igreja Católica também participou do processo de implantação desse movimento no Brasil, houve a fundação do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo – MEPES – órgão responsável por efetivar e disseminar a PA no estado.

O movimento Francês também chegou ao Brasil contando com a participação da Igreja, isso ocorreu em 1980 e sua expansão atingiu as regiões Sul, Norte e Nordeste. Nessas regiões houve a implantação das Casas Familiares Rurais - CFR – cuja coordenação é realizada por associações, denominadas Associação Regional das Casas Familiares Rurais – ARCAFAR SUL e ARCAFAR NORTE/NORDESTE.

Para Gimonet (2009), a Pedagogia da Alternância trata-se de uma metodologia de organização do ensino escolar que articula experiências formativas distintas, as quais se distribuem em tempos e espaços diferenciados, focalizando uma formação profissional.

Esse modelo realiza-se nos Centros de Formação Familiar por Alternância – CEFFA – rompendo com a educação convencional, os jovens, em geral de famílias agricultoras alternam tempos e espaços.

Teixeira e Antunes (2011) explicitam que os espaços estão relacionados aos locais onde se processa a formação, e podem ocorrer nos próprios CEFFAS, indústrias, propriedades, comércio, entre outros. Os tempos dizem respeito aos períodos em que os jovens permanecem em cada ambiente.

Inicialmente os jovens recebem os conhecimentos técnicos no centro de formação, para posteriormente aplicar tais conhecimentos na propriedade da família, contribuindo assim para o desenvolvimento de sua propriedade, melhora na produção e consequentemente na renda. É nessa relação que se faz entre teoria e prática, educação e trabalho que se processa a Formação Integral.

A dinâmica de alternância consiste em o jovem permanecer uma semana no CEFFA, adquirindo os conhecimentos teóricos necessários para sua formação acadêmica e profissional, e nas duas semanas subsequentes aplica os conhecimentos apreendidos na

propriedade rural da família (GIMONET, 2009). Esse período de alternância depende muito do CEFFA, em alguns, a alternância é de uma semana na escola e uma semana na propriedade.

Segundo Gimonet (2009), essa alternância entre teoria e prática possibilita aos jovens compartilhar diferentes experiências com diferentes públicos, pois quando vai para casa leva os conhecimentos técnicos à família e quando retorna da propriedade, ele traz os conhecimentos adquiridos com a família e tem a oportunidade de socializa-los com os colegas.

A Pedagogia da Alternância apoia-se em quatro princípios, a saber: 1) o próprio método da alternância – no qual experiências educativas são alternadas pelos jovens; 2) a ênfase na Formação Integral do jovem – isto é, teoria e prática são trabalhadas em conjunto, sempre considerando-se o contexto local; 3) a participação das famílias na condução do projeto educativo – os diálogos se constroem a partir da participação dos envolvidos, assim, é de suma importância estabelecer essa relação dialógica com as famílias e a comunidade em geral; 4) o desenvolvimento do meio – esse é considerado um dos objetivos maiores, formar jovens protagonistas que contribuam para um desenvolvimento rural sustentável (TEIXEIRA e ANTUNES, 2011).

A fim de atender ao que se propõe a PA necessita articular os conhecimentos teóricos e práticos, desse modo, ela possui alguns objetivos primordiais, são eles, a Formação Integral, o desenvolvimento local por meio da alternância e do trabalho conjunto com os atores sociais locais.

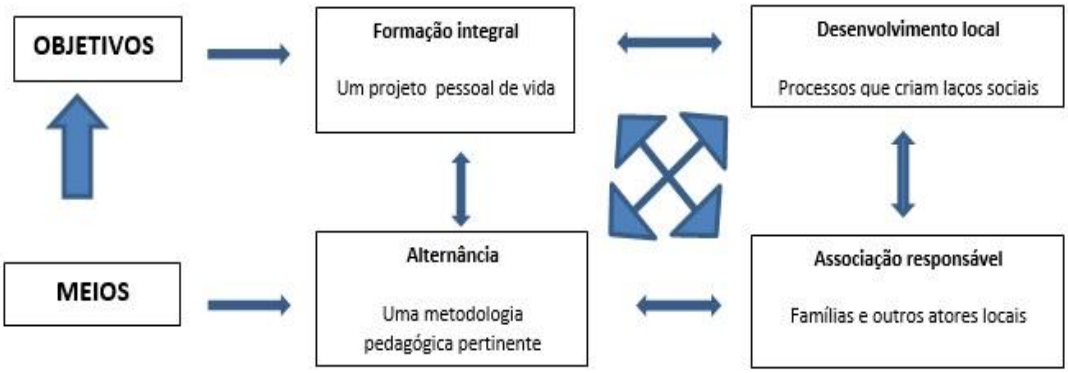

Figura 2 – os quatro pilares dos CEFFAS.

Fonte: Adaptado de GARCIA-MARRIRODRIGA; CALVÓ, 2010.

Os quatro pilares que sustentam essa modalidade de ensino são compostos por objetivos e meios. É por meio da alternância entre tempos e espaços e a participação da

comunidade que se processa a formação profissional de forma integral e visando o desenvolvimento local.

Rocha (2007) aponta que essa dinâmica requer que se focalize um trabalho contextualizado e essa Formação Integral pretende atender quatro aspectos, o desenvolvimento de todas as potencialidades, a articulação dos saberes por meio de abordagens interdisciplinares, transdisciplinares e transversais, projetos temáticos que orientem o ensino, tempo para a organização de experiências diversificadas e educativas na escola e no meio familiar. É imprescindível lembrar que os jovens dispõem de professores das disciplinas da base comum, as quais são trabalhadas de uma forma diferenciada, sempre buscando a interdisciplinaridade e um ensino contextualizado.

Por se tratar de um modelo pedagógico diferenciado, requer procedimentos didático-pedagógicos também diferenciados, os quais possam orientar o trabalho pedagógico e processo de formação de maneira adequada.

Quadro 4: Procedimentos didático-pedagógicos da PA.

PROCEDIMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS	
Pesquisa Participativa	Realizada com família e comunidade e objetiva compreender questões que envolvem a comunidade de maneira geral e as atividades produtivas ou não.
Plano de Formação	Contém os objetivos orientadores da CFR, considerando o contexto dos jovens, bem as metas almejadas por eles e suas famílias.
Temas Geradores	Temáticas previamente elaboradas com a participação da família, são discutidas com o intuito de impulsionar reflexões sobre a realidade local, preconiza por trabalho interdisciplinar.
Plano de Estudos	Instrumento de investigação da realidade que permite ao jovem compreender dificuldades, contradições e benefícios presentes nela com vistas a construção de mecanismos que auxiliem no desenvolvimento do estudo.
Pesquisa da Realidade	Roteiro de estudo realizado por educadores e jovens, fundamentado nos temas geradores do Plano de Formação. Os jovens tem a possibilidade de escolher temáticas presentes na vida real e pesquisar sobre ela
Caderno da Realidade	Trata-se de um mecanismo que possibilita a sistematização da pesquisa e a avaliação da aprendizagem, organizar suas atividades, permitindo a tomada de consciência ao longo do processo de aprendizagem.
Colocação em Comum	Momento de discussões e construções de conhecimento entre jovens e educadores.
Cadernos Pedagógicos	Funciona como uma espécie de diário de campo onde o jovem pode anotar suas observações e atividades desenvolvidas.
Atendimento Individual	Após a colocação em comum os jovens são atendidos individualmente pelos educadores, a fim de solucionar possíveis dificuldades dos jovens.
Visita de Estudos	Atividades que envolvem toda a comunidade escolar e para além dela, sua finalidade é propiciar uma troca de experiências entre as famílias e comunidade.
Visita às Famílias	Atividades que visam à Formação Integral, permitindo aos jovens aprimorar seus conhecimentos para além do espaço escolar.

Intervenções Externas	Visita de pessoas que não fazem parte do cotidiano escolar, mas que fazem parte da comunidade – médicos, dentistas, agrônomos.
Auto avaliação	Os jovens avaliam seu processo de aprendizagem.
Projeto Profissional do Jovem	Tem como finalidade inserir o jovem no mercado de trabalho, fortalecer a agricultura e sustentabilidade ambiental, trata-se de um estágio que impulsiona o desenvolvimento do meio, uma vez que interliga todos os conhecimentos adquiridos ao longo de sua permanência, possibilitando a ele refletir.

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras (TEIXEIRA, CORONA, BERNARTT, BRAIDA, 2010); (MASCARELLO, 2010).

É perceptível que cada procedimento possui objetivos e funções específicas na composição dos saberes de modo que os jovens recebem uma formação para além da profissional, mas humana e social, para a vida. Incentiva-se uma postura auto formadora, e os educadores tem o papel de mediadores, animadores nesse processo, no sentido de compartilhar conhecimentos e experiências com os jovens e com a comunidade.

A PA se propõe a oferecer uma Formação Integral que considere todas essas questões, buscando tornar o jovem um agente transformador, protagonista de seu meio, que participe ativamente de discussões pertinentes a realidade local, lute pelos direitos do campo, se torne um agente construtor de conhecimento, valorizando as diferentes formas de saberes, refletindo sobre as problemáticas inerentes ao seu contexto preconizando o desenvolvimento (ROCHA, 2007).

Em face disso, é pertinente e fundamental compreender a Pedagogia da Alternância como uma metodologia diferenciada que dentro de suas especificidades procura meios de transformar a realidade dos jovens que a vivenciam, com efeito, é fundamental buscar compreender de que forma a PA tem contribuído para a promoção do desenvolvimento local.

PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Nos últimos anos, tornou-se um o fato de que o crescimento econômico não é o principal fator que determina o bem estar de uma sociedade, mas sim a qualidade desse crescimento em outros aspectos além desse, como o social, cultural, ambiental, educacional e político. Para Sen (2000), o desenvolvimento é o processo de aumento da capacidade e possibilidade de se realizar atividades escolhidas e valorizadas livremente, sem uma imposição automática do crescimento econômico.

Portanto, sobre o desenvolvimento não deve ser levado em consideração apenas o desenvolvimento econômico mas o social, ambiental e sustentável. Para atingi-lo, é preciso

realizar investimentos em capital humano, social e natural, além do financeiro e econômico. A visão integrada dessas dimensões cria o enfoque do desenvolvimento local a partir das margens realizadas nos próprios territórios pelos atores locais (ALBUQUERQUE E ZAPATA, 2010).

Buarque (2002, p.25) entende o desenvolvimento local como "um processo endógeno de mudança que leva ao dinamismo econômico e a qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos". No entanto, para que isso aconteça é necessário explorar as potencialidades locais e contribuir para o aumento de oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade econômica daquela determinada região, ao mesmo tempo, os recursos naturais locais devem ser preservados, pois são a base para a potencialização e qualidade de vida.

A definição de desenvolvimento local, contudo, depende muito dos objetivos perseguidos em cada contexto. Garcia Marrirodriga e Calvó (2010), afirmam que o desenvolvimento local, enquanto desenvolvimento de um território pela sua população torna-se um marco de afirmação, pertencimento e identificação com as necessidades a serem atendidas. O local não deve ser visto apenas como demarcação geográfica ou administrativa, ele favorece o surgimento de pessoas que se propõe a incentivar melhorias na sua situação econômica e profissional, que valorizam seus recursos disponíveis e suas potencialidades pessoais. Com efeito, Abramovay (1998), afirma que, o conceito de desenvolvimento local deve representar uma estratégia de garantia para o território em questão, seja comunidade, município ou região, ou seja, uma melhoria das condições socioeconômicas a médio e longo prazo.

Uma das formas de se alcançar essas finalidades é por meio da educação. O contexto abordado nesse estudo é referente à educação do campo, por isso, ressalta-se a importância de práticas pedagógicas para o desenvolvimento rural. As práticas alternativas justificam-se como importantes elementos para a construção da qualidade de vida das populações rurais. Trata-se de um instrumento a serviço do desenvolvimento local no que diz respeito à valorização do saber rural, organização comunitária, saúde, produção e comercialização agropecuária (CALIARI, ALENCAR e AMÂNCIO, 2002).

É nesse sentido, no que tange o desenvolvimento do campo, que se aborda a Pedagogia da Alternância como um meio para atingi-lo, visto que, a inadequação dos sistemas de educação as necessidades específicas locais traduzem-se em efeitos imediatos sobre a sustentabilidade e desenvolvimento. Esse foi um modelo criado, para além da educação

tradicional voltada à urbanização, ao contrário, propõe uma formação integral a partir da realidade dos jovens do campo.

Para Caliari, Alencar e Amâncio (2002, p.02), “uma educação transformadora eleva a capacidade do sujeito de se expandir crítica e historicamente, preparando-o para uma participação mais efetiva na comunidade”.

Segundo Buarque (2002), o desenvolvimento demanda um movimento de organização e mobilização da sociedade local, que explore as suas capacidades e potencialidades para criar raízes socioeconômicas e culturais na própria localidade. Dessa forma, a Pedagogia da Alternância propõe condições e perspectivas concretas para o fortalecimento do desenvolvimento local.

O sistema pedagógico que sustenta esse modelo de ensino propõe a necessidade de vincular os jovens a seu meio, para que eles coloquem em prática seus projetos de vida elaborados na escola, e se transformem em verdadeiros atores locais em prol do desenvolvimento, visto que, suas capacidades são aprimoradas pela alternância, que permite aos jovens passar a metade do tempo escolar em suas propriedades ou em pequenas empresas não exclusivamente rurais (GARCIA MARRIRODRIGA E CALVÓ, 2010).

Para Caliari, Alencar e Amâncio (2002), a Pedagogia da Alternância cria um relacionamento entre o jovem, a família, a comunidade e a escola. Do CEFFA ele retorna ao meio com sua problematização sistematiza pela coletividade escolar, apresentando soluções para esse problema que era da sua família ou comunidade. O conhecimento teórico incorporado ao conhecimento quotidiano irá proporcionar uma nova interpretação da realidade, e o jovem poderá assim, elaborar novas interrogações que serão levadas novamente a escola a cada novo encontro, no qual novas soluções e questionamentos surgirão formando um ciclo contínuo. Essa continuação permitirá a reflexão e modificação de suas inflexões sobre a sua realidade. Esse ir e vir contribui para a formação da cumplicidade entre as partes envolvidas, além da organização e mobilização social local.

Para tanto, o desenvolvimento é alcançado a partir da participação local da população e pela criação de uma série de elementos, políticos, econômicos e sociais que sejam capazes de direcionar o crescimento em função da autonomia dessa região para com as forças exógenas.

Buarque (2002) aponta que qualquer estratégia para a promoção do desenvolvimento deve estar baseada em pelo menos três pilares: a) a organização da sociedade, contribuindo para a formação do capital social local; b) a agregação de valor na cadeia produtiva, com a articulação e o aumento de atividades econômicas competitivas com vantagens locais; c) a

reestruturação e modernização setor público local como forma de descentralização de decisões e para aumento da eficácia da gestão pública local. Todos esses pilares devem estar associados a algum tipo de ativo social, principalmente o conhecimento expresso pela escolaridade e capacitação tecnológica.

Diante disso, a escolaridade proposta pela Pedagogia da Alternância promove a formação do capital social entendido como as características da organização social, a saber, confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade (Putnam, 1996), justamente produzir esses elementos a partir da organização, capacitação e cooperação estabelecida entre família, escola e comunidade. A formação integral do jovem permite a ele melhorar as técnicas de produtividade da propriedade e assim promulgar a competitividade de mercado. A gestão estabelecida nos CEFFA baseada na cooperação dos seus membros permite a criação de uma estrutura sólida capaz de dialogar com o poder público em benefício do desenvolvimento local. As ações participativas promovidas pela Pedagogia da alternância proporcionam um ambiente favorável à expansão do envolvimento das pessoas.

> A emergência de iniciativas de motivação, participação e organização da população mediante propostas, implementação e avaliação, colabora decisivamente no sucesso das estratégias de desenvolvimento local, deixando claro o grau de importância da atuação do coletivo em todas as etapas do processo. Decorrente de seu papel estratégico nos diversos estágios dos programas de desenvolvimento, a participação popular conquistou uma credibilidade indispensável para determinar ou não o sucesso dos mesmos (CALIARI, ALENCAR E AMÂNCIO, 2002 p 07).

Por fim, como afiram Caliari, Alencar e Amâncio (2002) a prática desse modelo de ensino tem promovido o ser humano dentro da sua própria cultura e realidade socioeconômica. Os maiores reflexos da Pedagogia da Alternância espelham a propagação de valores sociais, emancipadores e libertadores. Foi criada em contraponto a proposta com foco urbanocentrista e possui a finalidade de permanência e desenvolvimento do meio com um conjunto de ideias que reafirmam a realidade vivida pelo jovem do campo.

Continuando, sobre o desenvolvimento local, é preciso levar em consideração a participação da sociedade local no planejamento contínuo de ocupação do espaço e na distribuição dos frutos gerados pelo crescimento. Sen (2000, p. 9), aponta a liberdade como o principal caminho para o desenvolvimento.

> O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente. A eliminação de privações de liberdades substanciais argumenta-se aqui, é constitutiva do desenvolvimento.

Quando é oferecida ao jovem a oportunidade de tornar-se um sujeito ativo, muitas de suas privações serão eliminadas e sua contribuição será maior, principalmente porque suas capacitações serão aprimoradas através de sua inserção no CEFFA. A diversificação dos tempos e espaços permite que tais capacidades sejam estruturadas para além da teoria aplicada na escola, elas serão construídas a longo prazo e de acordo com suas necessidades. Isso, segundo Campos (2012), propícia a criação de um ciclo de desenvolvimento.

A liberdade é assim compreensível, como além de fator de desenvolvimento, um aspecto da qualidade de vida, pois se os sujeitos alcançam frutos com o processo de desenvolvimento local, tornam-se mais satisfeitos e confiantes. Assim, a liberdade apresenta razões significativas quanto o processo de desenvolvimento. Segundo Sen (2000), ter mais liberdade melhora o potencial para cuidar de si e do mundo.

As discussões e reflexões promovidas pelos instrumentos pedagógicos da PA permitem, além da capacitação, a inciativa de cada jovem, pois eles passam a ter contato com outras realidades, outras situações que superam muitas privações enfrentadas pelos sujeitos do campo, criando outras oportunidades de desenvolvimento.

Sendo assim, a Pedagogia da Alternância é um meio encontrado para diminuir o êxodo rural e fortalecer o campo diante do empoderamento urbano. A formação integral do jovem busca que o mesmo possa contribuir com o desenvolvimento de sua comunidade e lhe fornece capacidades para competir no mundo de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Pedagogia da Alternância é uma modalidade de Educação do Campo que se consolidou congregando a participação das famílias e das comunidades na condução do seu projeto pedagógico e gestão escolar. É mais do que uma organização escolar que alterna tempos e espaços para favorecer o ajuste ao calendário. É também um processo de interação entre o sujeito e seu contexto, mediado pelo conhecimento acumulado historicamente, no qual favorece o protagonismo dos sujeitos envolvidos.

Trata-se de uma modalidade de ensino que preconiza o envolvimento da comunidade, busca aliar os diversos tipos de conhecimento e enfatiza as vivências e diálogos estabelecidos com outros sujeitos dentro e fora do ambiente escolar. Enfatiza também a autonomia desses sujeitos e a valorização das vantagens locais.

Portanto, a relação com o desenvolvimento local torna-se considerável, pois esta é uma forma encontrada para fortalecer as relações econômicas e políticas daqueles que

geralmente são oprimidos pelo mercado e pelos grandes produtores. Por meio da construção das relações sociais busca a eficiência para o desenvolvimento, aumentando sua autonomia e competitividade as vias de garantir a produtividade do campo e o bem-estar de seus sujeitos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R**. A formação do capital social para o desenvolvimento sustentável.** Trabalho apresentado no II Fórum Contag de Cooperação Técnica. São Luiz,1998.

ALBUQUERQUE, F. ZAPATA, T. **A importância da estratégia de desenvolvimento local/territorial no Brasil:** Gestão participativa para o desenvolvimento local. Recife: Editora livro rápido – Elógica, 2010.

ALCOFARODO, F. **Globalização e Desenvolvimento**. São Paulo. Nobel. 2006.

BUARQUE, S.C**. Construindo o desenvolvimento local e sustentável**: metodologia de planejamento. Ed. Terra Mater. Rio de Janeiro, 2002.

CALIARI, R. O. ALENCAR, E. AMÂNCIO, R. **Pedagogia da Alternância e desenvolvimento local**. Organizações Rurais e Agroindustriais. v. 4, n. 2. 2002.

CAMPOS. M. M.S. Estado Desenvolvimentista e a ampliação das capacitações. In: **XV Encontro de Economia da Região Sul – ANPEC/SUL**. 2012. Porto Alegre – RS

CONTERATO, M. A. FILLIPI, E. E. **Teorias do desenvolvimento coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica** – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico estrutural**. 3ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GARCIA-MARIRRODRINGA, R.; CALVÓ, P. P. Formação em Alternância e desenvolvimento local: **o movimento educativo dos CEFFA no mundo**. Belo Horizonte: O Lutador, 2010.

GIMONET, J. C**. Lograr y comprender la pedagogía de la alternancia.** Guatemala: AIMFR, 2009.

MASCARELO, C. B. **Pedagogia da alternância: formação integral e desenvolvimento do meio**. Universidade Católica de Brasília. 2010.

NASCIMENTO, C.G. **A educação camponesa como espaço de resistência e recriação da cultura:** Um estudo sobre as concepções e práticas educativas da Escola Família. Agrícola de Goiás – EFAGO. Dissertação de Mestrado em educação. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. 2005.

PUTNAM, R. Capital social e desempenho institucional. **In: Comunidade Democracia.** RS, FVG, 1996.

ROCHA, I. X. O. A Formação Integral nos CEFFAs. In: **Revista da Formação por Alternância. Dez. 2007.**

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta, São Paulo:Companhia das Letras, p. 409. 2000.

SETUBAL, M. A.; LIGABUE, G. Desenvolvimento local e fundações comunitárias: do conceito à ação. In: NOBRE, F.; LIGABUE, G. **Desenvolvimento Local e Fundações Comunitárias em Áreas Urbanas: desafios e oportunidades.** São Paulo, Fundação Tide Setubal; Gife, 2010, p. 9-12.

TEIXEIRA, E. S; CORONA, H. M. P; BRAIDA, J. A; BERNARTT, M. L**. Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar**. (Relatório de pesquisa). Pato Branco, PPGDR/UTFPR, 2010.

TEIXEIRA, E. S.; ANTUNES, L. C. Casas familiares rurais e desempenho escolar: um estudo na região sudoeste do Paraná. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 11, n. 34, p. 951-969, set./dez. 2011.

ZAMBERLAM, S. O lugar da família na vida institucional da escola-família: participação e relações de poder. **Dissertação de Mestrado na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Educação Da Universidade Nova de Lisboa, para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação.** Anchieta, ES. 2003.